



Newsletter

N.º 22 - Junho 2015

Sumário

- 1 Trabalhadores Expatriados – Regime de Isenção de IRS
- 3 Jurisprudência Nacional Relevante
- 5 Principais Alterações Legislativas

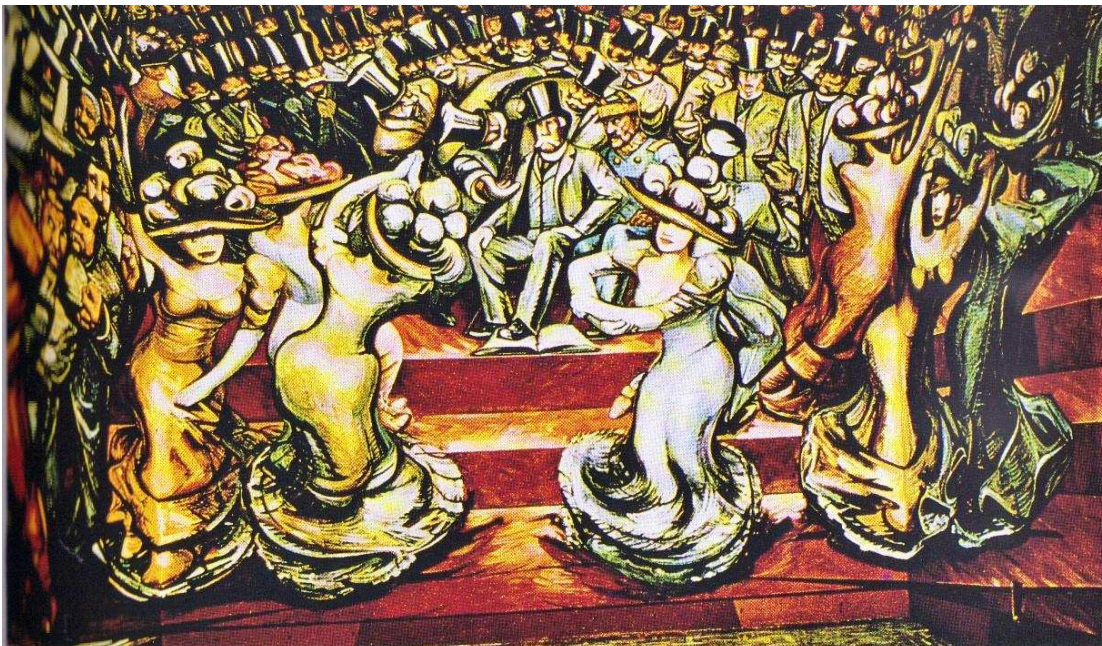
Trabalhadores Expatriados – Regime de Isenção de IRS

Tendo em consideração a conjuntura económica vigente, a qual levou a uma maior internacionalização das empresas portuguesas e, consequentemente, a um acréscimo significativo da mobilidade geográfica internacional dos trabalhadores, a Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro, que introduziu a denominada reforma do IRS, criou um regime especial de tributação para trabalhadores deslocados no estrangeiro.

O referido regime veio proceder à introdução de um benefício fiscal relativo aos trabalhadores que se deslocam ao estrangeiro, para exercer a sua atividade profissional, por um período igual ou superior a 90 dias, dos quais, 60 necessariamente seguidos.

Por referência aos referidos trabalhadores, o n.º 1 do artigo 39.º - A do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF") prevê a isenção de IRS relativamente à parcela da remuneração colocada à disposição do trabalhador, pela entidade patronal em Portugal, exclusivamente a título de compensação pela deslocação e permanência no estrangeiro.

Contudo, o n.º 2 do referido artigo, estabelece que o valor anual da remuneração isenta de IRS não poderá, contudo, i) exceder o valor correspondente à diferença entre o montante anual da remuneração do trabalhador sujeita a imposto, incluindo a compensação e o montante global das remunerações regulares com carácter de retribuição sujeitas a imposto auferidas pelo trabalhador no período de tributação



anterior, excluindo qualquer compensação paga nesse período e, em qualquer caso, ii) exceder o montante de 10.000,00 €.

Caso o trabalhador não tenha auferido, por período superior a seis meses no período de tributação anterior àquele a que respeitam os rendimentos, qualquer remuneração a título de trabalho dependente, em Portugal ou no estrangeiro, o montante global das remunerações regulares com carácter de retribuição sujeitas a imposto auferidas no ano anterior deve ser apurado, relativamente aos meses em que não tenha havido remuneração, por referência à retribuição mínima mensal garantida.

A verificação dos pressupostos para a aplicação da isenção implicará, necessariamente, o englobamento dos rendimentos para determinação da taxa a aplicar aos mesmos.

Refira-se que podem, ainda, beneficiar desta isenção os trabalhadores que tendo sido deslocados para o estrangeiro nos termos anteriormente referidos, não se qualifiquem como residentes fiscais em Portugal, até ao limite de três anos após a data da deslocação.

A isenção aqui referida não é cumulável com quaisquer outros benefícios fiscais aplicáveis aos rendimentos do trabalho dependente, automáticos ou de reconhecimento prévio, nem com o regime previsto para os residentes não habituais.

Por fim, para que a referida isenção seja eficaz, é obrigatória a existência de um acordo escrito, cuja cópia deverá ficar na posse do trabalhador, celebrado entre este e a entidade patronal, no qual seja expressamente identificado o destino e o período da deslocação, bem como a remuneração total a pagar ao trabalhador e a parte relacionada com a compensação pela deslocação e permanência no estrangeiro.

A verificação dos pressupostos para a aplicação da isenção implicará, necessariamente, o englobamento dos rendimentos para determinação da taxa a aplicar aos mesmos.

Sérgio Martins

sergiomartins@cammp.pt



- FISCAL -

[Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 7 de maio de 2015](#)

Noção de Custos – Requisito da Indispensabilidade de um Custo – Despesas de Publicidade (cfr. Art.º 23, n.º 1, Al. b) do C.I.R.C.)

Os custos ou perdas da empresa constituem os elementos negativos da conta de resultados, os quais são dedutíveis do ponto de vista fiscal quando, estando devidamente comprovados, forem indispensáveis para a realização dos proveitos ou para a manutenção da fonte produtiva da empresa em causa. A ausência de qualquer destes requisitos implica a não consideração dos referidos elementos como custos, assim devendo os respetivos montantes ser adicionados ao resultado contabilístico. O requisito da indispensabilidade de um custo tem sido jurisprudencialmente interpretado como um conceito indeterminado de necessário preenchimento casuístico, em resultado de uma análise de perspetiva económica-empresarial, na perceção de uma relação de causalidade económica entre

a assunção de um encargo e a sua realização no interesse da empresa, atento o objeto societário do ente comercial em causa, sendo vedadas à A. Fiscal atuações que coloquem em crise o princípio da liberdade de gestão e de autonomia da vontade do sujeito passivo. Não obstante, se a A. Fiscal duvidar fundadamente da inserção no interesse societário de determinada despesa, impende sobre o contribuinte o ónus de prova de que tal operação se insere no respetivo escopo societário. É entendimento da jurisprudência e doutrina que a A. Fiscal não pode avaliar a indispensabilidade dos custos à luz de critérios incidentes sobre a oportunidade e mérito da despesa. Um custo é indispensável quando se relacione com a atividade da empresa, sendo que os custos estranhos à atividade da empresa serão apenas aqueles em que não seja possível descortinar qualquer nexo causal com os proveitos ou ganhos (ou com o rendimento, na expressão atual do código - cfr.artº.23, nº.1, do C.I.R.C.), explicado em termos de normalidade, necessidade, congruência e racionalidade económica. Se do exame da factualidade provada se conclui que estamos perante despesas que se destinam, não a representar a sociedade impugnante onde esta não se

encontra presente (portanto, fora da sua atividade principal), mas a assegurar o normal desenvolvimento do seu objeto social, dentro do circuito económico onde este naturalmente se manifesta, não se pode qualificar tais custos como despesas de representação, mas antes como custos inerentes ao normal desenvolvimento da atividade principal da sociedade impugnante/recorrida, de acordo com a definição do mesmo constante do nº.4 do probatório (comércio por grosso de produtos farmacêuticos), assim devendo enquadrar-se no artº.23, nº.1, al.b), do C.I.R.C., enquanto despesas de publicidade.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 2 de junho de 2015](#)

Acidente de Trabalho – Acidente de Viação - Cumulação de Indemnizações

Quando um acidente reveste, simultaneamente, a natureza de acidente de trabalho e de acidente de viação, as indemnizações a arbitrar à vítima, ou aos seus representantes, por cada um desses títulos não se cumulam, mas são complementares, assumindo a responsabilidade infortunistica laboral carácter subsidiário. Nestas

circunstâncias, os responsáveis pela reparação do acidente de trabalho ficam desonerados do pagamento de indemnização destinada a ressarcir os mesmos danos já reparados pelos responsáveis pelo acidente de viação. Com este regime pretende-se evitar que os beneficiários recebam uma dupla indemnização pelos mesmos danos, sob pena de se verificar um injusto enriquecimento daqueles, como sucederia no caso de ser permitida a acumulação das duas indemnizações. Mas, se no tribunal civil se tiver fixado certa indemnização por acidente de viação, abrangendo tanto os danos patrimoniais como os não-patrimoniais, sem discriminação, deverá a seguradora laboral instaurar a pertinente ação com vista a ser determinado o montante que, dentro do fixado judicialmente, deva ser descontado no cômputo da indemnização pelo acidente de trabalho, alegando para o efeito os factos constitutivos do seu direito.

- LABORAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15 de junho de 2015](#)

Contrato de Trabalho – Coação Moral

Não constitui coação moral a colocação de um trabalhador

perante a alternativa de procedimento disciplinar e denúncia crime por furto ou a assinatura de denúncia do seu contrato de trabalho, na medida em que tanto o procedimento disciplinar como a denúncia crime não constituem a ameaça de um mal ilícito.

- CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 11 de Junho de 2015](#)

Oposição à Penhora – Valor do Imóvel Penhorado

O facto de, numa escritura de hipoteca, se atribuir um dado valor ao prédio não significa que ele tenha esse valor e que só possa ser vendido, em posterior execução movida pelo credor hipotecário, por esse valor.

- MENORES -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 11 de Junho de 2015](#)

Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores – Montante Superior ao Devido pelo Progenitor

A prestação de alimentos a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, em caso de incumprimento, pelo progenitor, da obrigação previamente fixada



judicialmente, não pode ser estabelecida em montante superior a esta.

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

[Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2015, de 14 de maio de 2015](#)

«Se o autor não formula na petição inicial, nem em ulterior ampliação, pedido de juros de mora, o tribunal não pode condenar o réu no pagamento desses juros».



alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público, proibindo a prática destas atividades relativamente a menores de idade.

- LABORAL -

[Decreto-Lei n.º 107/15, de 16 de junho de 2015](#)

Suspende o regime de atualização anual das pensões por incapacidade permanente e por morte resultantes de acidente de trabalho, previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril.

[Decreto-Lei n.º 115/15, de 22 de junho de 2015](#)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2014, de 11 de novembro, estabelece os termos e as condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de ama, bem como o regime sancionatório aplicável à referida atividade.

- CIVIL -

[Lei Orgânica n.º 8/15, de 22 de junho de 2015](#)

Sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos

fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa.

- PENAL -

[Lei n.º 55/2015, de 23 de junho de 2015](#)

Quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo.

[Lei n.º 56/2015, de 23 de junho de 2015](#)

Segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão.

PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS

- SAÚDE -

[Decreto-Lei n.º 106/2015, de 16 de junho de 2015](#)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, que estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.